

NOTA PÚBLICA

NOTA DE REPÚDIO DO CONSELHO
CONSULTIVO DA OUVIDORIA-GERAL
DA DPE-SP SOBRE A OPERAÇÃO
POLICIAL NAS CIDADES DO
GUARUJÁ E SANTOS



OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE SP
JUSTIÇA COMEÇA COM DIALOGO

O Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo vem a público manifestar seu repúdio e denunciar os graves episódios de violência policial que levaram à morte de 16 pessoas até a data de hoje, 02 de agosto, nas cidades do Guarujá e de Santos, no litoral do estado.

Sob o pretexto de encontrar os responsáveis que atiraram contra dois policiais da Rota que estavam próximos à comunidade Vila Zilda, culminando na morte de um deles, foi deflagrada a Operação Escudo que está programada para durar até dia 28 de agosto.

De acordo com relatos e notícias, a operação, que conta com cerca de 600 agentes da polícia, invadiu casas, ameaçou, torturou e promoveu a execução de ao menos 16 pessoas até o presente momento. Moradores apontam que um dos mortos na operação levou nove tiros e possuía queimaduras de cigarro e um corte no braço, outra vítima foi retirada a força de sua casa e executada próxima ao seu filho de dez meses. Além de ter sido preso o suspeito de atirar contra o policial da Rota, foram presas ao menos 50 pessoas e realizadas diversas apreensões.

A Operação Escudo tornou-se a mais letal do estado de São Paulo desde os crimes de maio de 2006, que resultaram na morte de 108 pessoas, e superou a operação Castelinho, ocorrida em 2002, na qual 12 pessoas foram assassinadas. Não obstante, as autoridades públicas vêm negando excessos.

É possível lembrar uma série de atuações por parte das forças de segurança do estado de São Paulo que culminaram na morte de civis e violações de direitos humanos, como o massacre da Sé, do Carandiru e, mais recentemente, de Paraisópolis. Os episódios demonstram que a população paulista vivencia cotidianamente um cenário de arbitrariedades e ações violentas por parte das autoridades policiais.

Diante desse cenário, mostra-se essencial que as autoridades públicas implementem medidas para reverter os altos índices de violência policial no estado de São Paulo, que impactam diretamente a população negra e periférica, e que sejam adotados procedimentos efetivos para apurar as ilegalidades perpetradas pelas forças de segurança.

O Conselho destaca a importância da atuação da Defensoria Pública do Estado no enfrentamento a esse lamentável episódio, que está atuando para garantir a proteção das vítimas e de seus familiares e o apoio aos moradores da região, bem como estudando as medidas jurídicas cabíveis que podem ser tomadas.

O Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da DPESP se solidariza com todos os moradores das comunidades afetadas no Guarujá e em Santos e, em especial, com as famílias de vítimas do massacre policial.

São Paulo, 02 de agosto de 2023.